

Por uma globalização dialógica

Marcio Fernando Gomes¹

RESUMO

Este artigo tem como tema a globalização, que surge no contexto da produção capitalista do espaço, da transição do regime de acumulação de capital taylorista-fordista para o regime de acumulação de capital flexível e da sociedade industrial para a sociedade informacional, no final do século XX e início do XXI. A globalização é interpretada em duas perspectivas: desde sua origem nos anos 1970, na qual se constitui determinada a servir as relações de poder e a produzir desigualdades socioeconômicas e socioculturais e segregação socioespacial e; a partir do final dos anos 1990, na qual se transforma em possibilidades humanizadoras para servir as relações dialógicas, superar as desigualdades e transformar a realidade. Tem como objetivo propor um diálogo sobre a globalização dialógica ressaltando no âmbito da educação os conceitos de *comunidades de aprendizagem* e *aprendizagem dialógica*. Neste sentido, tem como fundamento autores(as) que, não somente interpretam a realidade, mas, também, nos inspiram a criar possibilidades para sua transformação, como Milton Santos, Paulo Freire, Ramón Flecha, os membros do Community of Researchers on Excellence for All – CREA, da Universidade de Barcelona, Espanha e do Núcleo de Investigação e Ação Social e Educativa – NIASE, da Universidade Federal de São Carlos, Brasil, que propõem possibilidades humanizadoras de uma outra globalização dialógica com todas as pessoas e o mundo.

Palavras-chave: globalização; sociedade da informação; comunidades de aprendizagem; aprendizagem dialógica.

For a dialogical globalization

ABSTRACT

This article has as its theme the globalization, that arises in the context of the capitalist production of space, the transition from the taylorist-fordist capital accumulation regime to the flexible capital accumulation regime and from an industrial society to an information society, at the end of the 20th century and the beginning of the 21st. Globalization is interpreted in two perspectives: from its origin in the 1970s, in which it was determined to serve power relations and to produce socioeconomic and socio-cultural inequalities and socio-spatial segregation and; from the end of the 1990s, in which it becomes humanizing possibilities to serve dialogical relations, overcome inequalities and transform reality. It aims to propose a dialogue on dialogical globalization, emphasizing in the scope of education the concepts of learning communities and dialogical learning. In this sense, it is based on authors who, not only interpret reality, but also inspire us to create possibilities for its transformation, such as Milton Santos, Paulo Freire, Ramón Flecha, members of the Community of Researchers on Excellence for All – CREA, University of Barcelona, Spain and the Nucleus for Research and Social and Education Action – NIASE, from the Federal University of São Carlos, Brazil, which propose possibilities humanizing for another and dialogical globalization with all people and the world.

Keywords: globalization; information society; learning communities; dialogic learning.

¹ Doutor em Ciências, área Geografia Humana, Universidade de São Paulo. Professor adjunto e pesquisador da Universidade Federal de São Carlos, SP. Contato: marciogomes@ufscar.br.

Introdução

A globalização, tema deste artigo, surge no contexto da produção capitalista do espaço, da transição do regime de acumulação de capital taylorista-fordista para o regime de acumulação de capital flexível e da sociedade industrial para a sociedade informacional, no final do século XX e início do XXI. Pensar e agir sobre a globalização é uma tarefa complexa, uma vez que são inumeráveis as perspectivas de interpretação e de contribuições que inspiram e possibilitam a transformação desta realidade. Antes de retomar o tema da globalização na década de 2020, sob novas condições e os princípios da transitoriedade e da transformação, faz-se necessário resgatar o intenso debate que ocorreu nas décadas de 1990 e 2000. A globalização é interpretada em duas perspectivas: desde sua origem nos anos 1970, na qual se constitui determinada a servir as relações de poder e a produzir desigualdades socioeconômicas e socioculturais e segregação socioespacial e; a partir do final dos anos 1990, na qual se transforma em possibilidades humanizadoras para servir as relações dialógicas, superar as desigualdades e transformar a realidade. Neste sentido, a interpretação da globalização a partir dessas duas perspectivas identifica que há uma transitoriedade e transformação no âmbito do capital do valor de troca para o valor de uso e no âmbito da sociedade da individualidade para a comunidade. No que diz respeito, especificamente à sociedade informacional, há uma transição da inovação tecnológica para o uso e a inovação para o acesso democrático das tecnologias da informação e comunicação – TIC. Assim, propõe-se um diálogo sobre a globalização dialógica ressaltando no âmbito da educação os conceitos de *comunidades de aprendizagem* e *aprendizagem dialógica*. Tem como fundamento autores(as) que, não somente interpretam a realidade, mas, também, nos inspiram a criar possibilidades para sua transformação. Santos (2010/2000), diz que a globalização: é uma *fábula*, uma máquina ideológica; é *perversa*, uma fábrica de perversidade sistemática e de comportamentos competitivos; é uma *possibilidade mais humana*. Freire (2013b/1997), diz que devemos lutar bravamente contra a globalização e sua ética de mercado, por meio da *solidariedade* histórico-concreta de homens e mulheres para promover e estabelecer a *ética universal* do ser humano. Flecha e Miquel (2001), para enfrentar a globalização neoliberal propõem a *globalização dialógica*. Neste sentido, aborda-se a proposta da globalização dialógica, ressaltando no âmbito da educação os conceitos de *comunidades e aprendizagem* e *aprendizagem dialógica* elaborados pelo Community of Researchers on Excellence for All – CREA, da Universidade de Barcelona, Espanha e apropriados pelo do Núcleo de Investigação e Ação Social Educativa – NIASE, da Universidade Federal de São Carlos, Brasil. A globalização aberta a novas possibilidades dialógicas vai se constituindo por inspirações teóricas e práticas das pessoas que

sonham com um mundo mais humano. Freire (2013a/1967) cria o conceito de *inédito viável*, de Utopia não num vir a ser distante do hoje, mas como “a única possibilidade que tenho de fazer amanhã o impossível de hoje, é fazer hoje, o possível de hoje”. Nesta perspectiva, as pessoas do final do século XX e início do século XXI, os fazedores do futuro, ou seja, do que é o nosso presente, ao fazerem o que foi possível no presente daquele passado, que se não tivessem feito poderia vir a ser o impossível de hoje, construíram possibilidades humanizadoras, éticas e democráticas por uma globalização dialógica.

Globalização tensionada cria possibilidades

Para Harvey (2004/2000), a globalização pode ser vista como condição, como tipo específico de projeto político e como processo intrínseco à produção capitalista do espaço, neste caso, assinala uma profunda reorganização geográfica do capitalismo. Considera importante reconhecer uma série de *tensões* e *conciliações* frequentemente incômodas referentes à compreensão teórica e política da dinâmica geográfica da acumulação do capital e da luta de classes, presentes em todo relato materialista do processo de circulação do capital e de organização do processo de trabalho para os fins da extração da mais-valia. Essas *tensões* afloram periódica e inevitavelmente como intensos momentos de contradição histórico-geográfica. Por um lado, o capitalismo está sempre movido pelo ímpeto de acelerar o tempo de giro de capital, apressar o ritmo de circulação do capital e, em consequência, de revolucionar os horizontes temporais do desenvolvimento. Por outro lado, o capitalismo sente-se impelido a eliminar todas as barreiras espaciais, a “aniquilar o espaço por meio do tempo”, como diz Marx, mas só pode fazê-lo por meio da produção de um espaço fixo. Neste sentido, o capitalismo produz o espaço apropriado à sua própria dinâmica de acumulação num tempo específico da história, reduz a escombros e reconstrói este espaço objetivando acomodar a acumulação num estágio ulterior. Neste processo ressalta três aspectos: as reduções de custo e do tempo de deslocamento no espaço implica na inovação tecnológica; a construção de infraestruturas físicas fixas que facilitam esses deslocamentos, dão suportes a atividades de produção, de troca, de distribuição e de consumo, exerce uma força bem distinta sobre este espaço produzido; a construção da organização territorial primordialmente por meio do poder estatal de regular o dinheiro, a lei e a política, bem como de monopolizar os meios de coerção e de violência de acordo com uma vontade territorial (e algumas vezes extraterritorial) soberana.

Nesta perspectiva, Harvey (2004/2000), afirma que temos que compreender o processo de formação e dissolução de Estados em termos dos instáveis processos de

globalização/territorialização, pois há um processo de territorialização, desterritorialização e reterritorialização agindo de modo contínuo ao longo da história geográfica do capitalismo. A partir destes conceitos propõe-se compreender o processo de globalização como um processo de produção do desenvolvimento temporal e geográfico desigual. Harvey identifica quatro mudanças que configuram a globalização: primeira, a desregulamentação financeira que começou nos EUA no começo dos anos 1970 como reação forçada à estagflação que então ocorria no nível doméstico e ao colapso do sistema de comércio e troca internacional de Bretton Woods; segunda, profunda mudança tecnológica e de inovação e melhoria de produtos desde a segunda metade dos anos de 1960; terceira, o sistema da mídia e das comunicações e, sobretudo, a revolução da informação produzindo importantes mudanças na organização do consumo e da produção, bem como na definição de novos desejos e necessidades; quarta, o custo e o tempo de transporte de mercadorias e pessoas, liberando todas as restrições espaciais precedentes, permitindo rápidos ajustes de localização da produção, do consumo, de populações etc. Por fim, ressalta que seja discriminatório considerar esses elementos separadamente, pois há relações sinérgicas entre eles.

Conforme Harvey (2004/2000), essas quatro mudanças do processo de globalização foram acompanhadas por alguns outros fatores, tais como: alteração nas formas de produção e de organização, seguido da dispersão e a fragmentação geográficas dos sistemas de produção, das divisões do trabalho e das especializações de tarefas, embora em meio a uma crescente centralização do poder corporativo; ampliação da força de trabalho assalariada, justificada pelo crescimento da população mundial, particularmente de mulheres, bem como as transformações no ex-bloco soviético e China; alterações na população global, a partir da intensificação dos fluxos migratórios; aceleração do ritmo de urbanização, originando uma revolução ecológica, política, econômica e social na organização espacial da população mundial; perda de alguns dos poderes tradicionais do Estado no controle da mobilidade do capital, particularmente do financeiro e monetário; democratização geopolítica criando novas oportunidades, que dificultam o exercício de um poder disciplinador de uma potência central sobre outras potências, aumento das facilidades para que potências periféricas se insiram na concorrência capitalista; criação de um novo conjunto de problemas políticos e ambientais globais; por fim, o problema da relação entre esses processos básicos e a preservação e a produção de diversidades culturais, de modos de vidas distintivos, de circunstâncias linguísticas, religiosas e tecnológicas particulares de modos de produção, de troca e de consumo não-capitalistas e capitalistas. A partir desta caracterização Harvey levanta uma questão, se houve uma transformação qualitativa a partir dessas mudanças quantitativas? Sua resposta é que sim, pois não houve uma revolução fundamental do modo de produção e das

relações sociais a ele vinculadas e de que, se há alguma real tendência qualitativa, seu sentido é da afirmação dos valores do capitalismo do início do século XIX associada a uma inclinação típica do século XXI no sentido de jogar todos (e tudo que possa ser trocado) na órbita do capital.

Nesta perspectiva, Harvey (2004/2000), afirma que se o argumento em favor da ocorrência de uma mudança qualitativa limitada tiver que ser levado a sério, o problema residirá em como reformular tanto a teoria como a política. Neste sentido, propõe uma mudança da linguagem de “globalização” para “desenvolvimento geográfico desigual”, a justificativa é que as condições desiguais oferecem abundantes oportunidades de organização e ação política. Entretanto, aponta que elas trazem dificuldades particulares, como exemplo, *as tensões* da diversidade cultural ou das abissais desigualdades de renda entre regiões pobres e ricas. Assim, faz-se necessário a compreensão tanto das potencialidades como das dificuldades para a reformulação de uma política adequada.

Harvey (2004/2000), elabora o seu conceito de desenvolvimento geográfico desigual associado à dialética das particularidades e das universalidades. No contexto dos anos de 1990, inicia sua análise a partir de uma leitura do Exército Zapatista de Libertação Nacional, que se opôs a globalização neoliberal e se colocou como uma “verdadeira” alternativa ao capitalismo homogeneizante e globalizador, que fazendo uso das TIC teve uma enorme repercussão internacional. Harvey, apresenta dois componentes fundamentais para desenvolver a teoria dos desenvolvimentos geográficos desiguais: a produção de escalas espaciais; a produção de diferença geográfica. O primeiro, diz respeito que os seres humanos produzem uma hierarquia acomodada de escalas espaciais para organizar suas atividades e compreender seu mundo, tais como: lar, comunidade, nação. O segundo, diz respeito a análise do mundo independente da escala revelando uma série de efeitos e processos que produzem diferenças geográficas nos modos de vida, nos padrões de vida, nos usos dos recursos, nas suas relações com o ambiente e nas formas políticas e culturais. Para desenvolver este conceito Harvey aborda a questão da relação entre o “global” da globalização com as reivindicações mais gerais de universalidade (de verdades, de preceitos morais, de ética ou de direitos). Neste sentido, analisa os direitos humanos na lógica do capitalismo; a partir da análise da Declaração dos Direitos Humanos de 1948 e da globalização afirma que um dos impactos da globalização e da ascensão de muitas formas de multinacionais e transnacionais de capital é o aumento das dificuldades de manter uma separação interpretativa estrita entre direitos civis e políticos de um lado, e direitos econômicos, sociais e culturais, de outro. O que se evidencia é que as contradições e os paradoxos da *globalização oferecem possibilidades* de uma política progressista alternativa. A globalização enseja um conjunto de condições para uma mudança radical, traz

integralmente de volta a questão de nossa “condição de espécie” no planeta terra, *cria possibilidades* de espaços tanto de debate conceptual e teórico como de batalha política.

A construção de forças políticas para envolver-se nesses *diálogos* no âmbito de alguma estrutura institucional adequada torna-se assim a etapa mediadora crucial para levar a dialética das particularidades e das universidades a interagir num cenário mundial marcado por desenvolvimentos geográficos desiguais. E a isso se resume presumivelmente ‘a adequada unificação’ de ‘certos interesses particulares’ (HARVEY, 2004/2000, p. 130-131, grifo nosso).

Touraine (1997), identifica uma *tensão* entre a globalização homogeneizadora e a fragmentação das identidades culturais, que produz um aumento do racismo e da segregação social, que dificultam o diálogo. Touraine evidencia uma relação tensionada entre “modernização e desmodernizações”, “democracia e totalitarismo”, “universo instrumental e universo simbólico”, “racionalização e subjetivação”, “dominação e liberdade”. Santos (2010/2000), define a globalização como uma *fábula*, uma máquina ideológica que nos quer convencer de que vivemos numa aldeia global; e como *perversa*, uma fábrica de perversidade sistemática e de comportamentos competitivos.

Flecha y Miquel (2001), apontam que a globalização neoliberal possibilitou a livre circulação de capitais, mas não do mercado de trabalho global, pois está restrita a uma minoria de pessoas qualificadas, cientistas e profissionais. Entretanto, uma parte considerável da população das áreas mais pobres do mundo é forçada a emigrar, encontrando barreiras dos países para os quais tenta emigrar, quando não encontra a morte em um barco.

De qualquer maneira, tal situação está intensificando os espaços multiculturais, criando lugares onde mais e mais pessoas de diferentes culturas estão interagindo. O multiculturalismo é um fenômeno vinculado à globalização social e cultural e traz novas questões para superar a exclusão sofrida pela maioria das pessoas que emigram de países pobres (FLECHA Y MIQUEL, 2001, p. 319, tradução livre).

Para lutar contra esse contexto da globalização tensionada, Touraine (1997), sugere uma nova ordem social baseada no reconhecimento do outro. Nesse sentido, a democracia não se constitui unicamente por instrumentos institucionais e formais, mas pela luta dos sujeitos, os sujeitos não no sentido liberal de indivíduos, mas sujeitos em suas ações, transformados em atores sociais, contra os sistemas institucionais dominadores e em defesa da sua identidade cultural e liberdade pessoal e do coletivo. Nessa perspectiva, o sujeito atua e transforma o seu meio social mais do que é determinado por ele. Assim, sua liberdade será construída em sua relação com o outro, não na integração acrítica aos sistemas institucionais, mas no reconhecimento do outro, na universalidade

e na particularidade, uma vez que o sujeito é ao mesmo tempo universalista e comunitário. Neste sentido, tomam relevo os temas do multiculturalismo, igualdade na diferença e educação intercultural. A democracia por um lado, deve criar espaços de participação e, por outro lado, promover o respeito às diferenças individuais e ao pluralismo, “viver juntos” com “nossas diferenças”, respeitando os direitos humanos universais. Touraine verifica, de maneira geral, uma combinação entre movimento social e movimento identitário que expressam as questões da diversidade cultural, entre mobilização social e identidade pessoal e coletivo, tais como: urbano, ecológico, étnico-racial, geracional, gênero e educação intercultural. Com relação a educação intercultural, a Escola do Sujeito deve objetivar o reconhecimento do outro em sua cultura, relacionando racionalidade e subjetivação, instrumentalidade e identidade, sua constituição a partir da complexidade das multiculturalidades e territorialidades possibilita a comunicação intercultural que nos conduzem a transformação e superação das desigualdades e exclusões. Com relação a América Latina, com sua particularidade histórica, geográfica e cultural, Touraine, identifica potencialidades políticas e sociais dos sujeitos, pessoais e coletivos, dos movimentos sociais em concreto, como o movimento neozapatista de Chiapas e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, que relaciona a racionalidade da luta pela terra com a simbologia da memória da luta camponesa, que reconhece a diversidade regional e cultural.

Giddens (2007/1999), aborda a globalização em duas perspectivas: dos “céticos” e dos “radicais”. Para os “céticos”, não há novidade, as trocas econômicas e sociais e as questões políticas sempre fizeram parte da história e produziram impactos tão devastadores como os do fim do século XX. Para os “radicais”, há uma novidade, porque os impactos são sentidos em toda parte e não somente pelos diretamente envolvidos. Giddens, conceitua a *globalização* numa perspectiva positiva, como um fenômeno político, econômico, tecnológico e cultural, no qual os *meios de comunicação* tomam relevo, pois, possibilitam a instantaneidade e o acesso às informações em todos os lugares do mundo. Nesse sentido, diz que a *globalização* é nova e revolucionária por possibilitar o surgimento de diversas e divergentes formas de reações sobre os fenômenos globais, permitindo que coletivos de resistência elaborem ações de autoafirmação. Desse modo, afeta tanto os grandes coletivos quanto os pequenos, contribuindo para o ressurgimento das identidades culturais em todos os lugares do mundo. Entretanto, ao ressaltar que os efeitos dependem da estrutura organizacional dos coletivos, reafirma que a globalização cria coletivos antagônicos: vencedores e perdedores; atual e arcaico; central e periférico. Giddens, conclama para a necessidade de que os pequenos coletivos repensem suas identidades, considerando os *riscos* do processo de trocas mútuas e instantâneas, ou seja, a “infortúnios ativamente avaliados em relação a possibilidades futuras” (p.

33). O risco se manifesta desde os primórdios da sociedade industrial moderna, é a dinâmica intrínseca a uma sociedade focada na transformação, “que deseja determinar seu próprio futuro em vez de confiá-lo à religião, a tradição ou aos caprichos da natureza” (p. 34). Desse modo, o risco tem um sentido amplo para as sociedades que compreendem que o passado deve ser rompido e que o futuro deve ser um espaço de conquista. A acumulação contínua do capital no capitalismo torna o risco igualmente um processo contínuo. Para se proteger contra os infortúnios se estabelece um sistema de proteção, políticas de assistência social e de seguro. Há dois tipos de riscos que impactam igualmente todas as dimensões da vida: os externos, oriundos da tradição e da natureza; os internos, criados pela ação humana. Os criados pela ação humana podem impactar desde uma dimensão global, quanto a dimensão do indivíduo.

Ao falar de tradição e globalização, Giddens (2007/1999), parte da ideia de Eric Hobsbawm de que as tradições são inventadas e de que a modernidade tem a necessidade de criar tradições como mecanismo de controle. Na medida em que as tradições podem mudar, as estruturas mundiais se transformam e novas dinâmicas são inseridas na vida social que modificam intensamente a identidade dos indivíduos, que passam a lutar entre dependência e autonomia e entre fundamentalismo e cosmopolitismo. De todas as transformações que ocorrem no mundo, as mais significativas são as que ocorrem na vida e no cotidiano dos indivíduos, tais como: família; gênero; sexualidade; relacionamento; casamento. Mas essas transformações dependem da organização cultural em que vivem os indivíduos. Giddens identifica que as relações sexuais e de amor, pais e filhos e de amizade se estabelecem cada vez mais fundamentadas não pela autoridade da tradição ou pelo poder econômico, mas pelo *relacionamento puro* de intimidade e *comunicação emocional*. O relacionamento puro tem uma dinâmica completamente diferente das relações tradicionais. “Depende de processos de confiança ativa – a abertura de si mesmo para o outro. Franqueza é a condição básica da intimidade. O relacionamento puro é implicitamente democrático” (p. 70). O bom relacionamento, baseado na comunidade e no respeito ao outro, se estabelece quando as pessoas têm direitos e obrigações recíprocas, se caracteriza pelo diálogo e pela confiança constantemente incentivadas, corresponde a uma ação democrática, *democracia das emoções da vida cotidiana* tão relevante quanto a democracia da vida pública. Desse modo, não condiz com coerção, arbitrariedade e violência física ou simbólica. Embora a democracia das emoções não rompa com as imposições legais familiares e das políticas públicas, as pessoas lutam entre fundamentalismo e cosmopolitismo, renegociando hábitos e valores da sociedade tradicional.

Globalização dialógica

Na perspectiva do *inédito viável*, Freire (2013b/1997), diz que devemos cotidianamente lutar bravamente contra a globalização e sua ética de mercado, por meio da *solidariedade* histórico-concreta de homens e mulheres para promover e estabelecer a *ética universal* do ser humano.

Santos (2010/2000), conceitua a globalização em três perspectivas: é uma *fábula*, uma máquina ideológica que nos quer convencer que vivemos numa *aldeia global*; é *perversa*, uma fábrica de perversidade sistêmica, na qual sua raiz encontra-se na adesão desenfreada aos *comportamentos competitivos*. Por fim, nos conclama por *possibilidades de uma outra globalização*, na qual a mesma materialidade técnica, utilizada para construir um mundo fabuloso e perverso, pode vir a ser uma condição da construção de um mundo mais humano, por meio de uma mutação tecnológica, quando sua utilização for democratizada e de uma mutação filosófica da espécie humana, capaz de atribuir um novo sentido à existência de cada pessoa, e, também, do planeta.

Conforme Chauí (2000, p. 134, grifo nosso), os filósofos Sartre e Merleau-Ponty afirmam que “somos ‘*seres em situação*’ e que a verdade está sempre *situada nas condições objetivas* em que foi alcançada e está sempre voltada para compreender e interpretar a situação na qual nasceu e à qual volta para trazer transformações”, ou seja, não escolhemos as condições histórico-concretas em que nascemos, mas, ao conhecê-las, podemos escolher o que fazer com elas.

Nessa perspectiva de pensar que somos “seres em situação” Milton Santos, ao fazer a crítica a globalização e pensá-la como fábula, como perversidade e como possibilidade propõe a superação do pensamento único por meio da construção de uma consciência universal, na qual tomaria relevo à resistência consciente de parte da humanidade a partir dos seus lugares. Segundo Santos, a conscientização não é homogênea, nem em relação aos lugares, as classes sociais, a profissão, aos indivíduos, pois a velocidade com que cada pessoa se apropria da verdade contida na história é diferente, tanto quanto a profundidade e coerência dessa apropriação. Cada pessoa ao obter uma visão sistêmica torna-se capaz de compreender a interdependência das situações e causas, como as relações de causa e efeito se estruturam numa rede dinâmica contínua, interpenetram e completam à escala do mundo e à escala dos lugares. Essa compreensão sistêmica permite entender como cada lugar, coisa, pessoa e relação dependem do mundo. Essas condições,

deverão permitir a implantação de um novo modelo econômico, social e político que, a partir de uma nova distribuição de bens e serviços, conduz à realização de uma *vida coletiva solidária* e, passando da escala do lugar à escala do planeta, assegure uma reforma do mundo, por intermédio de outra maneira de realizar a globalização. (SANTOS, 2010, p. 170).

Desse modo, esse novo mundo não será uma construção de cima para baixo, como quer a globalização perversa, se dará de baixo para cima, ou seja, *haverá possibilidade* de construção de um espaço de liberdade para a cultura popular se opor à cultura de massa, de um espaço de solidariedade na luta dos “de baixo” em oposição aos “de cima”, construindo uma nova centralidade do social e, por conseguinte, de uma nova política. Segundo Santos,

o que, afinal, se cria é o *mundo* como realidade histórica unitária, ainda que ele seja extremamente diversificado. Ele é datado como uma data substantivamente única, graças aos traços comuns de sua constituição técnica e à existência de um único motor para as ações hegemônicas, representado pelo lucro à escala global. É isso, aliás, que, junto à informação generalizada, assegurará a cada lugar a comunhão universal com todos os outros. (SANTOS, 2010, p. 173).

Freire (2013b/1997), diz que devemos lutar bravamente contra a globalização e sua ética de mercado, se realmente escolhermos um mundo de gente, o enfrentamento e a superação se darão no contraponto da solidariedade histórico-concreta de homens e mulheres, como uma das formas de luta capazes de promover e estabelecer a ética universal do ser humano. O mal-estar da globalização originará

numa rebeldia nova em que a *palavra crítica*, o *discurso humanista*, o *compromisso solidário*, a *denúncia veemente da negação do homem e da mulher* e o *anúncio de um mundo genteficado* serão armas de incalculável alcance. [...] A grande força sobre que alicerçar-se à nova rebeldia é a ética universal do ser humano e não a do mercado, insensível a todo reclamo das gentes e apenas aberta à gulodice do lucro. É a ética da solidariedade humana. (FREIRE, 2013b/1997, p. 125-126).

Flecha y Miquel (2001), por uma outra globalização que faz frente à globalização neoliberal que produz desigualdades exclusões socioeconômicas e socioculturais propõem a globalização dialógica.

A globalização dialógica significa a extensão da democracia, das conquistas pela liberdade e igualdade, a criação de redes de movimentos sociais globais com repercussões locais. Significa também a criação de uma esfera pública onde todas as pessoas do mundo, por meio de uma organização democrática, possam participar na tomada de decisões que afetam o mundo inteiro por meio de um diálogo igualitário (FLECHA Y MIQUEL, 2001, p. 319, tradução livre).

Neste contexto da transitoriedade e transformação da sociedade da informação identificam a criação de uma esfera pública onde todas as pessoas do mundo estão introduzindo mudanças sociais e lutando pelos direitos humanos, pela igualdade de diferenças e pela transformação social, usando as TIC, as ferramentas próprias da globalização e, construindo possibilidades, sobretudo, por meio da educação, para uma sociedade mais igualitária, solidária e inclusiva, que fará frente às desigualdades e exclusões socioeconômicas e socioculturais.

Aprendizagem dialógica

Na educação há dois caminhos teórico-prático: para a desigualdade e para a globalização dialógica. A aprendizagem não depende tanto do que está ocorrendo na escola, mas da inter-relação do que ocorre na escola e nos outros lugares entre crianças e pessoas adultas. O contexto da aprendizagem na globalização é a comunidade. Neste contexto, a educação se constitui numa ferramenta chave para a transformação social. Na educação, a personificação da globalização dialógica são as *comunidades de aprendizagens*, que são um processo de transformação social e cultural de um centro educativo e do seu entorno que por meio da *aprendizagem dialógica* objetiva-se uma globalização e uma sociedade da informação para todas as pessoas. “Uma comunidade de aprendizagem é um processo de transformação social e cultural de um centro educacional e seu entorno para conseguir uma globalização e uma sociedade da informação para todas as pessoas” (FLECHA Y MIQUEL, 2001, p. 325, tradução livre). Conforme Mello (2012), a perspectiva é de que gestão escolar seja menos hierárquica e mais democrática, dialógica e compartilhada, entre profissionais e não profissionais, por meio de colegiados mais fortalecidos, tais como os que envolvem os estudantes, a família e a comunidade do entorno da escola:

Ações familiares, de pessoas da comunidade de entorno e de profissionais da educação se articulam de maneira dialógica para a garantia de máxima aprendizagem para todos os estudantes, com desenvolvimento de convivência respeitosa, tendo a diversidade como fonte de riqueza humana. (MELLO, 2012, p. 11-12).

As transformações das relações e interações entre todas as pessoas surgem a partir dos setes princípios da aprendizagem dialógica (Flecha, 1997): diálogo igualitário; inteligência cultural; transformação; dimensão instrumental; solidariedade; criação de sentido; e igualdade de diferenças.

Segundo o CREA a aprendizagem dialógica, situada na concepção comunicativa, está em coerência com a sociedade da informação e se contrapõe a *concepção objetivista e construtivista*, que foram desenvolvidas *na e para* a sociedade industrial. Por um lado, aponta os limites da *comunicação da aprendizagem unidirecional*, do(a) professor(a) único emissor(a) para o(a) estudante receptor(a) e do *triângulo transmissão-assimilação-repetição de conteúdo* da estrutura/sistêmica da concepção objetivista. Por outro lado, indica os limites da *comunicação da aprendizagem bidirecional*, entre o(a) professor(a) e o(a) estudante; da *adaptação* aos conhecimentos prévios e ao contexto social; e a insuficiência do *triângulo interativo professor(a)-aluno(a)-conteúdo(s)* da aprendizagem significativa da *concepção construtivista*. No entanto, em contexto da sociedade da informação, a *concepção comunicativa* reúne as contribuições das concepções objetivista e construtivista, mas às incorpora a partir da ideia central de *interação e comunicação*. A aprendizagem dialógica, numa perspectiva interdisciplinar, baseia-se nas principais teorias e práticas da comunidade científica internacional coerentes com a interação e comunicação da sociedade da informação, com o multiculturalismo e com o giro dialógico: “Desde a pedagogia (Freire), a psicologia (o interacionismo simbólico de Mead ou a psicologia sócio-histórica de Vygotsky), a filosofia (Habermas), a economia (Sem), a sociologia (Beck) até a política (Chomsky)” (AUBERT, 2016, p. 25). Assim, convergem na perspectiva de ressaltar uma maior presença do diálogo nas relações interpessoais e em diferentes contextos socioeconômico e sociocultural, pois demonstram que o diálogo encaminhado para alcançar consensos entre as pessoas sobre as situações e problemas do sistema e do mundo da vida gera novas interações comunicativas que transformam os conhecimentos prévios em interação com os conhecimentos novos com o objetivo de alcançar o máximo nível de aprendizagens e a transformação dos contextos socioeconômico e sociocultural. O *giro dialógico* consiste na mudança de um enfoque individual para comunitário, que perpassa pelas relações humanas, relações institucionais e ciências sociais, que cada vez mais passam de *relações de poder* baseadas no princípio da *autoridade* para *relações dialógicas* baseadas no princípio da *validade do argumento*. Desse modo, a concepção comunicativa da aprendizagem dialógica propõe estabelecer consensos baseados não mais na autoridade, mas na validade do argumento para superar as desigualdades e exclusão do sistema e do mundo da vida.

A revolução tecnológica da sociedade da informação, o fenômeno social da globalização, o aumento de riscos e das opções, entre outras características, fazem com que as pessoas precisem cada vez mais se comunicar e dialogar para tomar decisões em relação ao presente e ao futuro, cheio de opções que são produto de novos valores, normais sociais e intercâmbios culturais (AUBERT, 2016, p. 28).

Dentre as possibilidades colocadas por Santos (2010/2000), para que houvesse uma outra globalização mais humana e dialógica era de que ocorresse uma mutação tecnológica, que possibilitasse a democratização do uso e a inovação do acesso às TIC, associada a uma de uma mutação filosófica da espécie humana, capaz de atribuir um novo sentido à existência de cada pessoa, e, também, do planeta.

Sociedade da informação

Na transição da sociedade industrial para a sociedade informacional, em contexto da globalização o mundo se tornou digital, as TIC produziram um padrão de descontinuidades nas bases materiais da economia, da sociedade e da cultura . Para compreender o seu significado, Manuel Castells escreveu a trilogia *A era da informação: economia, sociedade e cultura*, composta por *A sociedade em Rede*, *O poder da identidade* e *Fim de milênio*. Seu livro *Redes de indignação e esperança* relaciona as novas formas de comunicação da sociedade em rede, indicando possibilidades para que a autonomia comunicacional das TIC se expanda à realidade social. Conforme Castells (1999), o que caracteriza a revolução tecnológica não é a centralidade de conhecimentos e informações, mas, suas aplicações para produzir novos conhecimentos e dispositivos de processamento/comunicação da informação, num ciclo de realimentação cumulativa entre a inovação e seu uso. A imensa difusão das TIC, a partir dos anos 70, em aplicações comerciais e civis, se deve pela continuidade da sua acessibilidade, baixo custo e alta qualidade. No entanto, as TIC ainda, no final do século XX, não tinha chegado significativamente para segmentos da população e lugares do mundo. A transformação das TIC expande-se exponencialmente em razão da sua capacidade de criar uma interface entre campos tecnológicos mediado por uma linguagem digital comum na qual a informação é originada, armazenada, recuperada, processada e transmitida. A dinâmica da transformação das TIC está condicionada a um conjunto de circunstâncias históricas, espaciais, econômicas, sociais e culturais cujas características determinam seu desenvolvimento, pois apesar de relacionados, os caminhos seguidos pela economia, indústria e tecnologia são lentos e descompassados. A revolução das TIC aconteceu por meio de redes de instituições, organizações e empresas, na interface entre os programas de macro pesquisa e grandes mercados desenvolvidos pelos Estados e a inovação descentralizada incentivada pela cultura da criatividade tecnológica e por modelos de sucessos pessoais rápidos. Os paradigmas das TIC são: tecnologias para agir sobre a informação; penetrabilidade dos efeitos das novas tecnologias; lógica de redes; flexibilidade; e convergência de tecnologias específicas para um sistema altamente integrado.

Conforme Castells (1999), a era da informação inaugurou um novo paradigma sociotécnico que se organiza em torno das TIC, no qual as funções e os processos dominantes estão continuamente organizados em redes. A origem da sociedade em rede só pode ser compreendida sob duas perspectivas inter-relacionadas, mas relativamente autônomas: o desenvolvimento das TIC; e a tentativa da sociedade industrial reaparelhar-se com o uso do poder das TIC para servir a tecnologia do poder. As infovias e multimídia, com o supertexto e a metalinguagem, pela primeira vez na história, integraram no mesmo sistema as modalidades escrita, oral e audiovisual de comunicação humana. Segundo Castells (1999, p. 497): “Redes constituem a nova morfologia social de nossas sociedades, e a difusão da lógica de redes modifica de forma substancial a operação e os resultados dos processos produtivos e de experiência, poder e cultura”. Apesar de que as sociedades, em outros tempos e espaços, tenham se organizado em forma de redes, o novo paradigma das TIC dispõe da materialidade para que as redes se constituam como estruturas abertas, com capacidade ilimitada de expansão em toda a estrutura social. Essas estruturas integram novos nós desde que consigam compartilhar dentro da rede os mesmos códigos de comunicação. Neste contexto, a rede se torna uma forma/processo inovador da economia capitalista em contexto de globalização, com significativas implicações: na relação capital-trabalho, ou seja, na concentração e centralização do capital e na adaptabilidade e flexibilidade do trabalho; na transformação da política que assimila, processa e tende a incorporar instantaneamente os novos valores da sociedade; na desconstrução e reconstrução da cultura material, na transição da cultura da mídia de massa para a cultura da virtualidade real, com o surgimento da internet e das redes sociais virtuais interativas; na incorporação de novos valores na política; na implicação da compressão espaço-tempo, no qual o espaço de fluxos se contrapõe ao espaço dos lugares e o tempo intemporal que interage passado, presente e futuro na mesma mensagem. Por fim, a sociedade em rede se caracteriza pela primazia da morfologia social sobre a ação social.

Numa perspectiva positiva da *globalização* e da *sociedade da informação*, Giddens (2007/1999), ressalta a relevância *dos meios de comunicação de massa* para a difusão da democracia pelo mundo. Num contexto de *comunicação ativa* “o poder opressivo – aquele que se exerce somente de cima para baixo – perde sua posição vantajosa. (...) O *monopólio da informação*, em que o sistema político se baseava, não tem futuro numa estrutura intrinsecamente aberta de *comunicação global*” (p. 82, grifo nosso). A democracia é um sistema competitivo, no qual os partidos políticos disputam o poder; as eleições são regulares e possibilitam a participação de todos os membros da sociedade. Embora o funcionamento desse sistema organizacional esteja atrelado às particularidades da cultura local, esta participação está em correspondência à liberdade de expressão e debate, à

liberdade de formação de coletivos ou partidos políticos. Nesse contexto, a política ortodoxa não acompanha as mudanças das tradições que ocorrem na vida das pessoas. “A *revolução das comunicações* produziu mais conjuntos conscientes de cidadãos do que havia antes. São exatamente esses desenvolvimentos que estão, ao mesmo tempo, produzindo descontentamentos nas democracias há muito estabelecidas” (p. 82-83, grifo nosso). Nesse sentido, a questão que Giddens coloca é de como se sustentam a democracia e o governo ativo numa aparente perda de posição de vantagens nos eventos. Sua resposta é da “democratização da democracia”, uma maior interação entre vida pública e a vida cotidiana das pessoas, mediada pelos *meios de comunicação*. Flecha y Miquel (2001), reflexionando a partir das perguntas de James Slevin, de como e por que se estabelece a vinculação entre as TIC, internet, e a sociedade, colocam que o uso das TIC, Internet, estava criando oportunidades para as novas formas de associação humana. Entretanto, assinalam que, naquele contexto de transição da sociedade da informação, havia uma assimetria de acesso à informação e sua produção que provocava desigualdades não só entre países, como, também, entre grupos dentro de uma mesma sociedade, mas que para sua superação se consolidava iniciativas institucionais e da sociedade civil objetivando a passagem de uma fase inicial centrada no desenvolvimento da inovação tecnológica para uma fase centrada não só no uso das TIC, mas, também, na inovação para o acesso, para a democratização das ferramentas tecnológicas, dos processos que os acompanham e dos recursos educativos necessários para construir uma sociedade da informação para todas as pessoas.

A redes de comunicação estão permitindo o contato e a coordenação entre lugares muito distantes do planeta, entre cidadãos e cidadãs de todo o mundo que, diante das crescentes desigualdades econômicas na ordem internacional ou das violações massivas dos direitos humanos, estão criando formas de intervenção política, uma política que supera as limitações institucionais da sociedade industrial e introduz novas formas de participação cidadã utilizando as próprias ferramentas da globalização. (FLECHA Y MIQUEL, 2001, p. 318, tradução livre)

Na sociedade da informação experiências comunitárias em torno das novas tecnologias são exemplos de como as TIC, Internet, centradas nos setores sociais mais vulneráveis podem constituir-se em pontes com as quais podemos evitar o grande fosso digital e contribuir para superação da exclusão socioeconômica e sociocultural. As TIC, Internet, estrutura e ferramentas da globalização dialógica, pela primeira vez na história, possibilitam um diálogo igualitário, uma solidariedade e uma transformação global; criam conhecimento e potencializam a cidadania multicultural.

Aprendizagem dialógica com o uso das TIC

Segundo Flecha y Puigvert (2004), na segunda fase da sociedade da informação, a sociedade dialógica, se iniciou um processo de democratização das TIC. A modernidade dialógica concebe as pessoas como capazes de transformação social por meio de um diálogo intersubjetivo radicalizando os princípios da modernidade. Esta modernidade dialógica se molda a partir das análises da sociedade dialógica, sociedade de riscos e sociedade da informação. A sociedade dialógica se constitui por meio do giro dialógico, porque os antigos espaços de poder e imposição estão continuamente sendo substituídos pelos espaços de negociação e consensos. Essas mudanças podem ser observadas em esferas sociais, do cotidiano à política, em diferentes âmbitos: familiar, com a constituição de novos modelos de família; empresarial, com a emergência de formas de organização mais horizontais e democráticas. Na primeira fase da globalização e da sociedade da informação, a partir dos anos 1970, há uma divisão social em três setores: primeiro, pessoas com formação e titulação, que lhes permitia acessar um posto de trabalho estável e com alto conteúdo no processamento da informação; segundo, pessoas exploradas, com baixa qualificação e ocupação precária; terceiro, pessoas excluídas, desempregadas ou economia criminosa. Com relação ao acesso às TIC há um fosso digital, “brecha digital”: por um lado, setores e países com mais recursos que tiveram acesso às TIC; por outro lado, os excluídos com desigualdades educativas que lhes tornavam muito difícil o acesso às TIC. Segunda fase da globalização e sociedade da informação, a partir dos anos 1990, começa a constatar novas dinâmicas sociais em direção a uma sociedade da informação para todas e todos. Por um lado, grupos empresariais das TIC buscam novos mercados por todo mundo para seus novos produtos, como o de acesso à internet, que emerge neste contexto como um meio massivo que potencializa uma estrutura horizontal e flexível de comunicação dialógica e rompe com a estrutura vertical e rígida da comunicação tradicional. Outro aspecto, é a pressão dos países excluídos e movimentos sociais igualitários para diminuir as desigualdades produzidas na primeira fase da sociedade da informação e democratizar o acesso às TIC. Desse modo, foram diminuindo as resistências dos grupos privilegiados a democratização das TIC, ao ponto que governos e organismos internacionais começam a assumir, pelo menos parcialmente, reivindicações relacionadas com as necessidades de potencializar a ampliação do uso das TIC a todos os grupos sociais e culturais em todos os lugares do mundo. Desse modo, a sociedade da informação para todas e todos configura-se com objetivo compartilhado por administrações e instituições públicas, organizações não governamentais e a cidadania em geral, criando canais horizontais para expressão de novas demandas em relação às novas TIC por parte dos grupos tradicionalmente

excluídos. Movimentos sociais ou pessoas que utilizam as TIC para empreender e difundir ações solidárias e transformadoras demonstram que os argumentos que afirmam que as TIC reforçariam o isolamento e a não comunicação entre as pessoas estão equivocados. “Sua natureza não é perversa ou transformadora, negativa ou positiva, mas se aproxima de um pólo ou de outro dependendo do uso que as pessoas fizerem delas” (FLECHA y PUIGVERT, 2004, p. 45).

Segundo Flecha y Puigvert (2004), o uso dialógico das TIC implica considerar os sete princípios da aprendizagem dialógica: diálogo igualitário; inteligência cultural; igualdade de diferenças; solidariedade; criação de sentido; transformação social e pessoal e; capacidades formativas instrumentais:

Diálogo igualitário

Segundo Habermas (1987), o diálogo é igualitário quando se constrói sobre pretensões de validade e não sobre pretensões de poder. As distintas contribuições das pessoas se valorizam em função da solidez dos seus argumentos e não em função da sua posição social. A possibilidade de escutar e se fazer ouvir por muito mais vozes por meio das TIC promove uma dupla linha: substituição da fundamentação das propostas e políticas baseadas no princípio da autoridade para científico; possibilidade de acessar fóruns de discussão (científica, social, educativo etc.), de criar e divulgar novas informações. Segundo Freire (1986), o diálogo igualitário substitui a abordagem em que uma pessoa pergunta e a outra responde. Na aula se estabelece um diálogo igualitário entre professorado, alunado e entre outros estudantes de diferentes níveis, por exemplo, estudantes com melhor nível de conhecimento sobre as TIC podem compartilhar seus conhecimentos na aula e ampliar a aprendizagem sobre o uso das TIC.

Inteligência cultural

A inteligência cultural contempla a globalidade de todas as habilidades, é uma capacidade universal, uma vez que por meio da linguagem todas as pessoas têm capacidades inatas para se comunicar. Há uma transformação na construção de páginas ou plataforma web, passando de uma estrutura criada por um programador técnico individual para uma estrutura criada por um programador técnico em diálogo igualitário com um coletivo de usuários, pois essa estrutura pode variar de acordo com as características culturais dos usuários.

Igualdade de diferenças

Num contexto em que as diferenças se acentuam cada vez mais com a transformação da sociedade de homogênea para heterogênea, para uma sociedade multicultural, devemos encaminhar as teorias e práticas para o respeito às diferenças e buscar a igualdade de diferenças. As pessoas têm igual direito de ser diferente, da mesma maneira que sendo diferentes têm o direito de ter acesso

igualitário às TIC. Nesse sentido, as políticas e ações, por um lado, devem priorizar os coletivos que tradicionalmente são excluídos ou têm dificuldades de acesso e a aprendizagem com as TIC. Por outro lado, devem incentivar a participação das diferentes culturas na criação de conhecimento e informação na rede.

Dimensão instrumental

A aprendizagem dialógica não se opõe ao instrumental, mas inclui e incrementa. Os conteúdos instrumentais são fundamentais para participar da sociedade da informação. Todas as pessoas podem e têm a capacidade de aprender, em ritmos diferentes, a usar as TIC, mas diante disto não podemos diminuir o nível instrumental e as expectativas das pessoas

Solidariedade

A solidariedade está na base das práticas que promovem o uso dialógico das TIC. O uso das TIC é um dos instrumentos mais eficazes de solidariedade entre grupos sociais diferentes. O nível de conhecimento das pessoas no uso das TIC é distinto, pois se trata de algo novo e está em constante transformação. Este fato faz com que os processos de aprendizagem realizados por meio das TIC sejam embasados mais nas interações solidárias que nos conhecimentos prévios. Este contexto pode criar grupos de interesses por diversos temas.

Criação de sentido

Diante da crise de valores ou perda de sentido que se verifica na modernidade, o diálogo surge como possibilidade de criação de sentido. A aprendizagem das TIC é constante e compartilhada numa relação intergeracional que potencializa a criação de sentido para as pessoas.

Transformação

Conforme Freire (1997/1995) somos seres em transformação e não de adaptação e, portanto, implica a transformação dos contextos com objetivo da superação das desigualdades sociais. O uso dialógico das TIC sempre implica esta dimensão transformadora. Por exemplo, o uso das TIC para realizar manifestações virtuais ou presenciais que mostrem insatisfações e busquem transformações.

Nesta perspectiva, desde o início do século XXI, o CREA em colaboração com instituições educativas e da sociedade civil tem numerosas contribuições e aportes teórico e práticos que envolvem o uso e a inovação para o acesso das TIC em aprendizagem dialógica, para a democratização das ferramentas tecnológicas e para construir uma sociedade da informação com todas as pessoas e com o mundo. Os exemplos podem ser verificados em escolas que têm se transformado em comunidades de aprendizagem, em grupos interativos ações educativas de êxito em numerosas pesquisas em diferentes áreas. Nas comunidades de aprendizagem em que há um intenso uso das

TIC, verifica-se que o programa de aulas digitais por meio de lousa e carteiras digitais, tablet PC, conectadas à internet se tornaram suportes de interação da aprendizagem dialógica, com a qual alunado podem acessar e compartilhar informações entre alunado do mesmo curso ou de outros cursos de mesma escola ou de uma para outra, para resolver conjuntamente as atividades de ensino e aprendizagem em ambientes virtuais. As TIC se tornaram um suporte para trabalhar, estudar, divertir e se comunicar. Na medida em que o alunado se apropria com maior velocidade das habilidades das TIC, o professorado e as famílias necessitam de formação continuada, em muitos casos, os papéis se invertem e são criados espaços de aprendizagem intergeracional. Neste contexto as TIC, usadas coletivamente, ao se converterem em suportes para acessar novos conteúdos culturais, transformaram o próprio processo de aprendizagem, pois as habilidades de comunicação e diálogo adquirem um papel fundamental: “a incorporação das TIC à vida diária da escola introduziu novas formas de comunicação entre professorado e alunado e entre famílias e escola. Essas novas formas de comunicação multiplicaram os diálogos, transformando os espaços escolares” (AUBERT, 2016, p. 37). Na perspectiva da aprendizagem dialógica, na qual o plano intrassubjetivo está relacionado ao plano intersubjetivo, a condição de aprendizagem do alunado está relacionada às relações que se constituem com a família, com a escola e com o entorno da escola. Desse modo, as TIC, ao se tornarem um local virtual de encontro, ao possibilitarem intercâmbio de informação e maior interação comunicativa entre as pessoas, podem contribuir para melhorar a aprendizagem do alunado, independentemente das condições socioeconômicas e socioculturais da família, da escola e do entorno da escola.

Considerações finais

Este artigo abordou o tema globalização contextualizando sua origem como um processo da produção capitalista do espaço, da transição do regime de acumulação de capital taylorista-fordista para o regime de acumulação de capital flexível e da sociedade industrial para a sociedade informacional, no final do século XX e início do XXI. Antes de retomar o tema da globalização na década de 2020, sob novas condições e os princípios da transitoriedade e da transformação, este artigo resgatou o intenso debate que ocorreu nas décadas de 1990 e 2000 e propôs um diálogo sobre a globalização a partir de autores(as) que, não somente interpretam a realidade, mas, também, nos inspiram a criar possibilidades para sua transformação. Neste sentido, apresentou a globalização em duas perspectivas: desde sua origem nos anos 1970, na qual se constitui determinada a servir as relações de poder e a produzir desigualdades socioeconômicas e

socioculturais e segregação socioespacial e; a partir do final dos anos 1990, na qual se transforma em possibilidades humanizadoras para servir as relações dialógicas, superar as desigualdades e transformar a realidade. Nesta perspectiva, abordou a proposta da globalização dialógica em contexto da sociedade da informação e da incorporação das tecnologias de informação e comunicação – TIC, ressaltando no âmbito da educação os conceitos de *comunidades de aprendizagem* e *aprendizagem dialógica* elaborados pelo Community of Researchers on Excellence for All – CREA, da Universidade de Barcelona, Espanha e apropriados pelo do Núcleo de Investigação e Ação Social Educativa – NIASE, da Universidade Federal de São Carlos, Brasil.

Referências

- AUBERT, A. FLECHA, A., GARCÍA, C., FLECHA R. e RACINERO, S. *Aprendizagem dialógica na sociedade da informação*. EduUFSCar, 2016.
- CASTELLS, M. *A Sociedade em Rede – A era da informação: economia, sociedade e cultura*. Vol. I, 4ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- FLECHA, R. & MIQUEL, V. Globalização Dialógica, *Revista de Educación*, núm. extraordinario, 2001, pp. 317-326.
- FLECHA, R. y PUIGVERT, L. El uso dialógico de las tecnologías en sociedades dialógicas: una propuesta de democratización de los medios. *Nómadas* (Col), núm. 21, 2004, p. 40-52.
- FREIRE, P. *A la sombra de este árbol*. Barcelona: El Roure: 1997/1995.
- FREIRE, P. *Hacia una pedagogía de la pregunta. Conversaciones con Antonio Faúndez*. Buenos Aires: La Aurora, 1986.
- FREIRE, P. *Pedagogia do Oprimido*. 55ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013a/1967.
- FREIRE, P. *Pedagogia da Autonomia*. 46ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013b/1997.
- SANTOS, M. *Por uma outra globalização – do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2010/2000.
- GIDDENS, A. *Mundo em descontrol: o que a globalização está fazendo de nós*. Record, 2007/1999.
- HABERMAS, J. *Teoría de la acción comunicativa*. Vol. I: *Racionalidad de la acción y racionalización social*. Vol. II. *Crítica de la razón funcionalista*. Madrid, Taurus, 1987/1981.
- HARVEY, David. *Espaços de Esperança*. São Paulo: Edições Loyola, 2004/2000.
- MELLO, R. R. de et. al. (Orgs.), *Comunidade de aprendizagem: outra escola é possível*. São Carlos: EdUFSCar, 2012.
- TOURAINÉ, Alain. *¿Podremos vivir juntos? Iguales y diferentes*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 1997.